

A HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES E AS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA

The History of Representations and Representations of History

José Antonio de Andrade

Doutorando em História Política, Movimentos Sociais e Memória na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do grupo de pesquisa Regime Vargas e seus desdobramentos – UERJ, e do grupo de estudos José Luís Romero – UERJ.

Resumo

O objetivo proposto para este artigo é apresentar e aprofundar as discussões sobre as possibilidades teórico-metodológicas da Teoria das Representações Sociais como chave de análise da história. Em um primeiro momento, serão esclarecidas a história e as origens das representações sociais, bem como suas distinções em relação às representações coletivas. Para a segunda parte, o objetivo é a compreensão conceitual-metodológica da aplicação de tal teoria para a interpretação da história, tal como para a construção da sua narrativa, a partir dos seguintes questionamentos: como, quando, e de que forma o indivíduo, por meio das suas representações, retornou à História, e de que modo essas representações podem ser encaradas como chaves para o alcance de uma determinada realidade histórica?

Palavras-chave: representações sociais; representações coletivas; representações sociais da História

Abstract

The purpose of this article is to present and deepen discussions on the theoretical and methodological possibilities of the Theory of Social Representations as a key to interpreting history. Initially, it will seek to clarify the history and origins of social representations, as well as their distinctions in relation to collective representations. Secondly, the aim is to provide a conceptual-methodological understanding of the application of this theory to the interpretation of history, as well as to the construction of its narrative. How, when and in what way individuals, through their representations, return to history, and how these social representations can be seen as keys to achieving a given historical reality?

Keywords: social representations; collective representations; social representations of History

Introdução

Pelo presente trabalho, serão apresentadas e aprofundadas as discussões sobre as possibilidades teórico-metodológicas das representações sociais como chave de interpretação da história, seja para um indivíduo, ou um grupo social. O interesse de tal tema para a interpretação de um determinado recorte histórico — seja ele amplo ou exíguo — reside na sua capacidade de identificar a existência de uma transversalidade temático-representativa nos acontecimentos, que, por sua vez, constituem os limites do próprio recorte em que se inserem. Desse modo, em última instância, tais acontecimentos caracterizam elementos de intervenção no que uma determinada sociedade toma como a representação *natural* dos seus signos e símbolos, interferindo, assim, na identidade, bem como na memória social.

Dito isso, importa observar que a construção de uma identidade social não requer a indistinção entre o indivíduo e o grupo, ao contrário, o próprio indivíduo poderá, muitas vezes, representar uma espécie de identidade grupal no processo de construção das representações. Contudo, o grupo jamais existirá sem a existência de uma contraparte; em outras palavras, não pode haver um grupo em um vazio social. Como bem destacou Henri Tajfel, “um grupo não é uma ilha, da mesma maneira que o indivíduo também não é uma ilha” (Tajfel, 1982: 24).

Tomando por base a afirmação acima, conclui-se que os resultados dos sentimentos de pertença a um grupo não se desvinculam da inserção desse num sistema — cognitivo ou prático — de relações intergrupais. É através desse complexo de relações que se desenvolve o entendimento de identidade social de um indivíduo, seja ele inter ou intragrupal. Desse modo, uma vez que tal identidade “está ligada ao reconhecimento de [...] pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença” (Tajfel, 1972: 292), bem como às relações constituídas com outros grupos, pode-se afirmar que tal identidade pode ser tão mutável quanto o processo de representações que a justifica.

A partir desse conceito podemos entender o processo de construção de uma narrativa que, pautada nas representações sociais próprias daquele momento histórico, pode justificar certas identidades em detrimento de outras. Para entender tais identidades, é necessário compreender as representações sociais que as sustentam, o que pode ser o caminho mais curto para entender a participação de determinados indivíduos ou grupos na construção da História.

Acerca das representações coletivas e das representações sociais

Muitas décadas antes de Serge Moscovici desenvolver o conceito de representações sociais, Émile Durkheim já havia convencionado a existência de determinadas representações, demarcadas pelo que chamou de “entidades espirituais” (Durkheim, 1970: 37). Para Durkheim, seriam essas representações os elementos constituidores tanto da elaboração mental individual, quanto da construção coletiva social. Neste caso, as representações individuais teriam origem no exercício da fisiologia cerebral e, mais ainda, constituiriam uma espécie de entidade autônoma. O mesmo raciocínio se aplica às representações coletivas, oriundas do processo de acordo e concorrência entre as consciências individuais, cujo resultado constitui outra coisa que não a mistura delas.

O que Durkheim apresenta como representações coletivas são fenômenos sociais anteriores ao indivíduo e, portanto, externos e independentes dele. Consequentemente, as regulamentações legais ou mesmo os signos e símbolos mais importantes da vivência coletiva e seus conjuntos de manifestações, como as regras morais, a religião e outras convenções sociais, possuem um caráter impositivo ao próprio indivíduo, e não o contrário, o que estabelece sua origem em uma *entidade moral* que o transcende. Portanto, dentro da concepção durkheimiana, não pode haver separação entre o social e o mental. Ambos se constituem pelo todo e não por cada parte que os compõe.

Em observação às concepções de Durkheim, admite-se um caráter progressivo para a formação das representações coletivas. Em outras palavras, ao se mesclarem dentro do processo histórico, elas vão ganhando força, complexidade e autonomia. É também por essa observação que se pode supor que o maior grau de originalidade residia no primeiro conjunto de representações que, dada a impossibilidade de mesclagem e concorrência, conservou unidade com o ambiente social em que se desenvolveu, bem como com os indivíduos que o formavam. Contudo, uma vez rompido esse primeiro conjunto, a possibilidade de interação tornou-se uma constante e as representações coletivas acabaram transformadas em entidades autônomas que cada vez mais se desvinculavam do ambiente social e da mentalidade individual e passavam a depender mais das representações que as antecederam do que da estrutura social contemporânea.

Partindo desses conceitos, na tentativa de definir os pressupostos para o desenvolvimento da sociologia como um campo de estudo autônomo, buscou-se estabelecer com exatidão os campos de estudos entre essa e a psicologia. Para Durkheim, a primeira deveria se ocupar dos eventos sociais, considerando-os originais, autônomos e compulsórios, de forma a se impor ao todo, abrangendo, assim, todos os indivíduos intencionados por uma determinada mentalidade social; já a segunda deveria ser dedicada ao indivíduo. Contudo, o próprio Durkheim reconhece haver uma lacuna a ser preenchida na relação

entre esse indivíduo e o corpo social em que ele se insere. Trata-se de um novo campo de estudo que, segundo o autor, poderia ser atendido pela abordagem de uma “sociologia psicológica” (Durkheim, 2007: 42).

É a partir desse novo campo que as representações passam a receber um novo olhar pela ciência. Invertendo a ordem das palavras de Durkheim, Moscovici¹ lançou as bases para o estudo das representações sociais no plano da psicologia social. Pode-se dizer que essa abordagem do tema parte especialmente de duas inquietações do autor, quais sejam: como se formam e se estruturam as relações sociais no domínio da psicologia social e como se opera esse sistema que, em última instância, é elemento constituidor da memória social.

Portanto, é exatamente naquele campo intermediário para o qual Durkheim chamou atenção que a abordagem proposta por Moscovici tratava de atuar, ou seja, na relação indivíduo-sociedade. Para tanto, o ponto de partida para a construção teórica do autor foram os seguintes questionamentos: que papel desempenha o social na formação do pensamento (individual)? De que maneira as representações e a memória (processo psíquico individual) podem ser estudadas em articulação à conjunção social?

A fim de possibilitar respostas a esses processos, Moscovici buscou estabelecer com rigor teórico o que seriam as tais representações sociais. Ao empreender a ideia, definiu método e flexibilizou o conceito de representação em relação a Durkheim. Foi então possível contemporizá-los, adaptando-os para pensamentos além do contexto histórico em que foram desenvolvidos, desvinculando-os, portanto, da coexistência única com os saberes tradicionais.

A partir dessa nova metodologia, que permite a abordagem de conceitos mais amplos, como processos ideológicos e o conhecimento verificado, ou científico, foi possível estudar as representações sociais nos distintos níveis de sua atuação, tanto individual quanto coletivo. Moscovici argumentou que as representações sociais são, em grande medida, construídas pelos exercícios do processo de comunicação desenvolvidos entre os indivíduos, nos grupos e na sociedade como um todo. Alicerçado em seus pressupostos metodológicos, o autor buscou a elaboração de um arcabouço que sustentasse em teoria a construção de uma psicologia social do conhecimento (Moscovici; Marková, 1998).

O conceito de representações sociais foi definido por Moscovici como uma “forma de conhecimento particular” (Moscovici, 2012: 29). Para o autor, a função exata de tal conhecimento “é elaborar comportamentos e permitir a comunicação entre indivíduos” (*Ibidem*: 29), contrapondo-se, assim, à ideia de representações coletivas defendida por

1 Trata-se da tese publicada por Serge Moscovici em 1961, com o título **La Psychanalyse: son image et son public**. Contudo, aqui usamos a versão traduzida para o português (Moscovici 2012).

Durkheim, como fenômenos externos aos indivíduos, independentes e anteriores a eles (Durkheim, 2007: 74-75). Portanto, o que marca a separação entre os pressupostos metodológicos dos dois autores é a origem das representações, e não exatamente o que ela representa ou a sua categoria (Moscovici, 2001).

A conclusão a que se pode chegar a partir dessa diferenciação é que o olhar de Moscovici para as representações está mais para os processos que as compõem — ou seja, o produto das interações humanas (interindividuais ou coletivas) que, a partir de determinados valores e regras compartilhadas, constituem uma realidade que se adequa ao ambiente social determinante — do que para o exato conteúdo de tais representações. Desse modo, embora o autor não negue a natureza coletiva das representações, o mais importante são os processos em que elas são originadas, processos que Moscovici apresenta como sendo elementos de construção da realidade social.

Essa observação permite suscitar mais um ponto de diferenciação para a questão das representações coletivas e sociais. Enquanto a primeira só se originaria a partir dos grandes eventos coletivos e em produtos da interação social, a segunda, para além dessas circunstâncias geradoras, estaria também vinculada aos pormenores diários da vida individual, tais como a forma de se comunicar, as relações interindividuais, ou ainda a forma em que se enxerga a própria realidade individual.

É a partir dessa concepção que a ideia de teorias ingênuas da realidade proposta por Moscovici se apresenta como um elemento plausível para a elaboração das representações sociais tomadas por cada indivíduo como uma realidade natural. Para o autor, essas teorias ingênuas são, na verdade, artifícios desenvolvidos individualmente por cada membro de uma determinada sociedade para interpretar mais facilmente a conjuntura social em que está inserido (Moscovici, 2012). A necessidade desses artifícios, na concepção teórica do autor, está especialmente apresentada pela complexidade estabelecida pela urbanização, pelo avanço tecnológico e, especialmente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação.

É nesse ponto que a teoria das representações atende aos objetivos propostos para este trabalho. Entendemos que a complexidade apresentada, especialmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, oferece a possibilidade de intervenção na construção das representações, ainda que, alegadamente, o indivíduo goze de determinada liberdade. É necessário, ao trazer a lume a questão de como são construídas as representações individualmente, atentarmos para uma segunda questão que se impõe, qual seja, o que se apresenta como sujeito e objeto dessa representação? Em outras palavras, há a representação de quem e do quê?

A partir desses questionamentos, as respostas poderão aparecer em forma de novas dúvidas. Uma vez que a profundidade da questão está relacionada à complexidade ofere-

cida pela informação, há que se questionar se o processo de origem das chamadas teorias ingênuas ocorreu de forma espontânea e individual ou se foi interferido pela propaganda, gerando o que propomos entender como *teorias ingênuas coletivamente compostas*.

Uma vez que o ponto de partida da concepção teórica de Moscovici está em como são elaboradas as representações pelos sujeitos, a partir dos eventos experimentados bem como da interação social, importa observar suas vinculações e posição ocupada na estrutura social, bem como seu nível cultural e educacional. Desse modo, compreende-se que é a partir da junção entre elementos da individualidade (subjetividade) e o conjunto de conhecimentos e convicções herdadas do corpo social que o sujeito elabora suas teorias para compreender o mundo a sua volta, em outras palavras, suas representações da realidade (ancoragem).

Dessa forma, observa-se que, embora as representações possuam origem nas ações individuais, elas carregam traços de representativos que as antecedem no corpo social, gerando o que podemos caracterizar como círculos formativos das representações sociais que, em última instância, é onde se vinculam os aspectos coletivos e individuais elementares para a formação das representações sociais. O estabelecimento desse vínculo entre o individual e o coletivo permite estudar de que modo se dá a manifestação dos reflexos do social na formação das representações individuais quotidianas, tal como seu partilhamento e, por consequência, sua perpetuação.

É correto afirmar que seriam nesses círculos onde se originam e se modificam as representações, contudo são também eles o campo propício para a atuação da propaganda. Assim sendo, o campo de origem das representações sociais é também o campo que as coloca suscetíveis às interferências.

Pela propaganda, veiculada principalmente pela imprensa, apresenta-se a possibilidade de processar as representações no plano ideológico. O elemento definidor para o conceito de representação a ser propagado, nesse caso, “está ligado às filiações políticas, religiosas, econômicas ou sociais de cada veículo” (Moscovici, 2012: 97-98). Nesse caso, entende-se uma limitação às representações sociais, tornando-as menos ligadas ao indivíduo e mais entendidas como um produto das instituições. Encarar as representações como um produto das instituições é também a possibilidade de as encarar como passíveis de manipulação. Embora isso possa sugerir uma aproximação entre representações coletivas e sociais, a duração e a naturalização do processo, e das próprias representações, continuam diferenciando-as.

À vista do exposto, há que se considerar, além das condições já mencionadas de cada veículo, a unicidade do assunto na imprensa, sua antecedência e duração no tempo, os interesses que as movem, a que grupos sociais tais representações estão identificadas e, especialmente, a que fenômenos estão ligadas. São esses elementos que poderão servir

como marcadores para a identificação de interferência na elaboração dos conceitos de representatividade do indivíduo.

Embora para a Teoria das Representações Sociais (TRS) o indivíduo seja um portador dos modelos representativos do grupo social no qual se insere, tal teoria reserva ao sujeito algum grau de flexibilidade nesse processo. Ao poder optar por determinados meios de informação em detrimento de outros, como veículos de imprensa, livros ou mesmo eventos artísticos, o indivíduo conservaria para si alguma independência na elaboração das suas próprias representações. Portanto, as representações individuais se apresentariam como o resultado do caldeamento de distintos conhecimentos próprios, refletindo, além das marcas da sociedade, a expressão do próprio sujeito.

Há que se considerar nesse caso que o que se pode tomar como expressão do sujeito é a exata bagagem adquirida em sua vida pregressa e a relação dela com o social, uma vez que, em termos antropológicos, o homem é incapaz de produzir seus próprios códigos interpretativos. Como afirma Clifford Geertz, “o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo” (Geertz, 1989: 322). Se as representações particulares de um indivíduo são orientadas por modelos públicos e simbólicos, há que se questionar a amplitude do grau de flexibilidade do sujeito na elaboração das suas representações.

Portanto, para a construção racional do trabalho do historiador, em observação aos eventos históricos correspondentes, se faz necessária a seguinte questão: em uma sociedade em que há décadas determinados termos foram continuamente conceitualizados de forma planificada, qual a real condição do indivíduo em relativizar tais termos e elaborar uma representação genuína? Em outras palavras, para o sujeito que teve toda sua formação intelectual, cultural e educacional no seio dessa sociedade, qual seria o seu grau de flexibilidade? Trata-se, nesse caso, de uma verdadeira disputa do controle da narrativa, da tentativa de manipulação daqueles *modelos de orientação públicos e simbólicos*.

Essas são questões que se apresentam no exato momento em que a TRS transita entre o individual e o social, ou seja, quando, pela incorporação de elementos das representações coletivas — como discursos, comemorações, conhecimentos etc. —, o indivíduo se volta para o coletivo, seja de forma prática ou opinativa. É precisamente a partir desse movimento circular que são formadas as representações individuais, que permitem ao sujeito formular sua própria interpretação do real, pela qual se apresentará sobre as mais diversas questões do ambiente social.

O movimento circular da formação das representações não se restringe ao conteúdo, mas está presente principalmente no seu desenvolvimento por meio de processos descritos por Moscovici como objetivação e ancoragem. A objetivação está relacionada ao

processo de materialização das ideias, partindo do abstrato e relacionando-as aos próprios conhecimentos, conceitos e convenções incorporados do coletivo. Quanto à ancoragem, trata-se do processo de interpretação de cada novo elemento pelo sujeito, que se dará dentro de uma grade referencial anteriormente incorporada junto a organizações ou grupos sociais em que esteja inserido.

Desse modo, dentro da concepção da TRS, tudo é rigorosamente interpretado obedecendo a referências anteriores; portanto, reafirma-se a ideia de permanência e não de rupturas em relação às concepções e interpretações pré-estabelecidas. Consequentemente, essa estrutura mental que concebe a interpretação tende a eliminar a dicotomia desconhecido/conhecido, uma vez que busca aproximar o primeiro do segundo, ou seja, para o novo serão formulados conceitos baseados em velhas premissas herdadas das convenções sociais.

Contudo, essa circularidade da formação das representações, que parece acontecer de forma natural e inexpugnável, a depender dos acontecimentos, pode ser quebrada. Ou seja, quando o novo se aproxima do que convencionalmente se rejeita, ameaçando a ordem das coisas, exige-se uma reestruturação das concepções e juízos para que tal elemento seja interpretado por representações anteriormente convencionadas. É a partir desse momento que as representações sociais podem ser encaradas como um campo passível de manipulação e, portanto, uma ferramenta política.

Com a ressignificação de determinados termos, mediante a saturação propagandística e a perpetuação desse sistema no tempo, os conceitos tomados ao social para a interpretação do real pelo indivíduo tendem a ficar comprometidos e, por consequência, os círculos de formação das representações também. Assim sendo, o domínio da narrativa confere o poder de ressignificar conceitos que, por sua vez, podem ressignificar representações. Desse modo, infere-se que quem controla a narrativa controla — em certa medida — a maneira como determinados indivíduos, grupos sociais, ações ou pensamentos políticos irão ser interpretados em uma sociedade, podendo levá-los à laudação ou à execração pelo conjunto social que absorve tais representações.

A história, o historiador, e a Teoria das Representações Sociais

Há que se notar que toda disputa em torno da validação de uma dada identidade representa em exatidão a disputa pela legitimação dos ideais de um determinado grupo. Portanto, a forma como tais grupos representam a história é primacial para a construção da identidade que desejam para si. Trata-se nesse caso de um recurso comparativo, uma vez que a história de cada coletivo social se estabelece a partir das relações com os demais. Pode-se dizer que a interpretação do passado, e não o passado em si, irá determinar como

cada grupo se posiciona no presente e como orienta suas estratégias para o futuro. Essas estratégias irão definir, além das relações dentro do próprio grupo, a sua relação com os demais. O passado, nesse caso, nada mais é que um produto da interação entre ele próprio e as representações sociais vigentes no momento histórico em questão, ao contrário daquele passado imperativo, categórico e imutável, que dita o presente por meio das representações coletivas.

Tal dinâmica, a depender do processo histórico, pode conduzir a rupturas ou permanências, a antagonismos ou ajustamentos, à demarcação de novas representações ou à manutenção das já estabelecidas. Portanto, não se trata unicamente de “entender a tradição, mas a inovação, nem a vida social já feita, mas o curso da sua construção” (Moscovici, 2003: 26). Isso implica, inevitavelmente, por parte do historiador, uma necessidade de renúncia. Há que se renunciar à história tradicional, à história das personalidades e à história totalizante (Chartier, 1991), que, de modo geral, é subsidiada pelas representações coletivas, portadoras de uma suposta irrefutabilidade da verdade histórica do passado, em outras palavras, da confusão entre passado e história.

Embora o passado alimente o presente, ele não é uma verdade atingível pelo historiador. Exceto o fato de que o passado é passado, todo o mais são representações, e não uma realidade concreta (Plumb, 1969). Dizer isso significa dizer que a busca pelo entendimento do passado leva, de fato, ao entendimento do presente. Tal passado é, na verdade, nada mais que o desejo oculto de um indivíduo, ou do grupo ao qual se insere, por algo que nunca existiu. O passado real, aquele inatingível, não interessa. Ele não justifica o presente. As representações dele sim. Portanto, não se pode dar o passado como algo concluído, encerrado em si mesmo, uma vez que as representações sobre ele podem ser modificadas.

A essa altura poderá questionar-se o leitor sobre a possibilidade de uma construção histórica factível que não seja para uma história do presente. Se o passado é inatingível, então é impossível fazer história? A resposta é: Não! Cada tempo histórico é um produto das suas próprias representações, que podem ser acessadas nas fontes e averiguadas por meio das suas relações com o seu próprio passado (Ankersmit, 1988).

Logicamente, temos grandes crônicas que detalham a vida de um rei, e pode não haver uma página sequer sobre a vida de um santeiro, ou de um pintor que retratava esse mesmo rei. Contudo, a grande crônica da vida de um rei é mais mentirosa do que as fontes que não existem sobre a vida dos outros dois. Certamente, a trincha do pintor e o cinzel do escultor terão muito mais a dizer sobre tal rei — e a sociedade por ele representada — que a sua própria crônica.

Aqui está o ponto de virada para uma história a partir das representações sociais. Ao tomar a vida do indivíduo anônimo como objeto histórico, abre-se uma nova janela de

possibilidades. Opera-se o abandono da personalidade. Não será mais a personalidade a explicar o todo, mas, sim, ela será explicada pelo todo. A própria personalidade, o evento histórico, devem ser encarados como parte do todo, despidos, portanto, do seu caráter de oficialidade (*Ibidem*, 211). A história feita a partir de fontes que não foram feitas para serem fontes é mais honesta e mais isenta do que aquelas produzidas a partir das fontes que foram feitas com essa finalidade.

A história interpretada a partir das representações sociais requer, em última instância, a inclusão do indivíduo. Não serão mais as grandes personalidades, as grandes pinturas dos artistas clássicos ou mesmo os grandes discursos que darão conta de representar toda uma sociedade. As fontes históricas oficiais são destronadas desse lugar sagrado pela arte do efêmero. Deixa-se a oficialidade em vista da rua. Deixa-se a oficialidade em benefício do indivíduo, do conjunto. Aos documentos oficiais são somadas as manifestações espontâneas. São grafites, panfletos comerciais, elementos da propaganda, objetos de consumo e qualquer outro meio que possa expressar o sentimento de uma sociedade sobre ela mesma, bem como as suas próprias representações acerca de uma determinada realidade.

Passa a ser importante para a compreensão da sociedade aquilo que até então não era. É uma história pautada no contexto (Holsinger, 2011). Saem as grandes narrativas; entram o que delas o indivíduo pode representar, e mais, o que disso foi *transversal ao conjunto de uma sociedade*.

É importante destacar que, embora coletividade e individualidade interajam fortemente, elas não são, de forma alguma, produtos ou produtoras de representações pré-determinadas. São elas fruto de uma gama diversa de representações singulares acerca de um fenômeno histórico. A existência das representações de cada indivíduo é uma síntese de múltiplas interferências, individuais ou coletivas, que foram absorvidas pelas suas próprias experiências. Nesse sentido, o sucesso em se conseguir captar nesse processo de multirrepresentações aquelas que são transversais à sociedade pode significar o entendimento de um processo histórico.

É o estudo do que até então era objeto de desprezo pela história que permitirá essas análises fundamentais, sem as quais não se compreende a própria disciplina História. *Importam as representações feitas pela sociedade de cada elemento do seu cotidiano, do privado, que é onde opera sua dimensão fundamental, a separação entre personalidade e objeto*. É uma história que trabalha as questões de gênero, as relações parentais, as questões de poder e opressão — o político —, as expressões de cultura popular, entre tantas outras. Trabalha, sobretudo, com o universo das representações.

A interpretação da história através das representações sociais nos leva a um conceito novo e dinâmico sobre a realidade. Se por um lado podemos dizer que é uma história de regresso ao indivíduo, ao acontecimento, por outro, esse retorno é separado da

personalidade, isto é, da importância valorativa que ambos possam eventualmente ter. Em outras palavras, é o retorno ao acontecimento e ao indivíduo anônimos, cujo significado é uma nova chave, diferente, para se interpretar a totalidade histórica.

O olhar do historiador não só ao dito, mas principalmente ao interdito, àquilo que foi dito sem querer dizer, ao que foi dito subliminarmente, é o que permite sair do simples e acessar o complexo na interpretação da História. Podemos dizer que a história que se pode construir por meio das representações do indivíduo que não é uma personalidade (Ankersmit, 1988: 214), uma vez desligada do objeto, a história que trabalha acontecimentos, e não eventos, é uma porta de entrada para compreender a complexidade da realidade histórica. Ao historiador é mais fácil acessar essa complexidade por meio de uma análise, ainda que quase exclusivamente contextual, da vida de um indivíduo perfeitamente anônimo do que de uma série de dados e números oficiais que se referem à totalidade. É muito mais realista e profunda a percepção da realidade a partir das representações das individualidades que a compõem do que aquela tomada a partir de dados que, em sua superficialidade, homogeneiza e se constrói pelo que é comum.

Tomamos por exemplo um fato comum à maioria dos indivíduos de quase qualquer sociedade ocidental nas últimas décadas. Trata-se do indivíduo que contraiu empréstimos para compra de carro, moradia etc., e que vê os preços aumentarem continuamente. É evidente que preços e juros têm importância real na vida desse indivíduo, até porque parte das opções de vida dele acaba sendo definida pelas prestações que ele precisa pagar ao fim do mês. Nesse sentido, a análise dos preços, dos juros, e as séries econômicas são importantes, mas é muito mais importante a análise da sua vida cotidiana, de modo a perceber de que forma, nas suas opções, esses elementos fizeram com que sua vida fora de uma forma e não de outra. Aí está tudo o que ele pode representar da sua realidade.

A história a partir das representações, do estudo do indivíduo que não é personalidade, permite aceder a dramas que são muito mais transversais a uma sociedade do que a série econômica com todos os seus números. Ao trabalhar o indivíduo pelas suas manifestações, seja em um blog, redes sociais, diários pessoais etc., ou ainda pela representação da totalidade na individualidade, como em grafites, panfletos, cartazes, protestos etc., se tem acesso muito mais claro aos dramas de muitas famílias do que simplesmente pela série econômica que mostra a elevação das insolvências dessas famílias em um determinado período.

Embora seja importante saber desse aumento em X%, é muito mais valioso entender os dramas pessoais que estiveram por trás de cada indivíduo escondido naquele valor percentual, cuja reação é nada menos que a externalização de resultados da sua representação do fato. Ainda que tal representação seja fruto da relação entre o momento em questão e o seu passado, ou seja, das experiências pregressas de cada indivíduo, tal representação é

a mais clara a que se pode chegar.

Para se entender um protesto contra um poder instituído, o que pode ser mais importante: os documentos oficiais, o que disse a imprensa sobre ele, ou os dizeres, os cartazes e as faixas dos próprios protestantes? Será que uma religião com milhares de fiéis pelo mundo, em diferentes culturas, é representada por cada um deles de forma única? Pode se supor que não. Então, onde se pode ter a mais clara representação de tal religião: nos seus manuais e códigos escritos, ou na manifestação espontânea de cada fiel? Será que a religião interfere em cada cultura, ou ocorre mais o contrário? Se olharmos para o cristianismo, deixando de lado a iconografia dos santos, que tende ao infinito, o que poderia justificar um Cristo judeu palestino com fisionomia europeia? E esse *mesmo* Cristo com rosto chinês (Reis, 2019)² em Macau? E o Cristo negro esculpido por escravizados no vice-reino do Peru? (Reis; Bonzatto, 2020)

Qualquer fato da vida cotidiana está sujeito à ressignificação, a ser nova e continuamente representado (Ankersmit, 2012). Quando um perigo iminente é noticiado pela imprensa, seja uma catástrofe natural, uma epidemia, uma ameaça de guerra, uma ameaça de golpe político ou uma crise econômica, todos nós já temos uma representação perfeitamente pronta para defini-lo. Mas essa perfeição só dura até a chegada do novo fato (Lippmann, 2010). Nenhuma catástrofe é igual. O que sabemos e o que nos é acrescentado por cada acontecimento é que nos fornecerá elementos para a formação de novas representações que nos moldarão à ação. A soma delas não define o social, mas a interação entre elas, entre cada indivíduo; isso é que definirá a representação social do fato. Mas afinal, existe o fato? Sim, ele existe. Existe o tanto quanto é efêmero. O fato está contido em si mesmo e seu fim é a sua morte. O que sobrevive dele são unicamente representações (Plumb, 1969: 145).

A análise do fato histórico pelas suas representações só é possível por meio do processo que podemos entender conceitualmente como *anástrofe das fontes*, isto é, a transformação do que não importava, do que era desprezível, em elemento principal para a concepção da história, na representação concebida por cada indivíduo. Não se trata de elaborar uma história micro, que partirá da agregação de vários micros para entender o macro, mas de compreender como cada representação, cada acontecimento histórico, por cada indivíduo, foi transversal à totalidade. Não importa determinar o fato, mas sua representação, que nos permite acessar determinadas realidades apenas acessíveis pela vivência do indivíduo. Embora essa realidade a que se chega seja individual e, em certa medida, intransmissível, certamente é transversal a milhares e milhares de indivíduos, seja por submissão ao mesmo fato histórico, seja por experiências históricas e culturais.

2 Algumas dessas imagens (não temos conhecimento se intencionalmente ou não) terminaram por compor altares até mesmo no Brasil.

Ao deixar aquela sequência fria de números a fim de buscar entender as consequências do que ela expõe, seja por meio de comportamentos, decisões, conquistas ou renúncias, o historiador chega, na verdade, à compreensão das representações sociais daquele determinado fato histórico, ainda que limitadas àquele pequeno grupo de indivíduos. Contudo, é a comparação entre essas representações e outras, concebidas por outros grupos sociais submetidos ao mesmo fato histórico, que nos permitirá chegar o mais perto possível da realidade histórica.

É por meio dessa comparação que se pode chegar aos *evocadores* (Hakoköngäs, E.; Sakki, I. 2016), ou seja, termos comuns e desencadeadores de determinados comportamentos, possibilitando, assim, uma análise do macro. Se um documento governamental, um jornal, ou qualquer outra fonte da oficialidade têm/tiveram por objetivo macular a imagem de alguém, de algum personagem histórico, muito mais do que o conjunto do discurso, interessam os evocadores presentes neles. Palavras detonadoras de crítica, como medo, morte, escravidão, assalto, fome, peste, praga, trevas, verme, corrupção, desonestidade, subversão, extremismo, traição etc.; ou palavras laudatórias, como honra, honestidade, virtude, trabalho, caridade, fraternidade, futuro, Deus, riqueza etc. São, portanto, esses termos evocadores as chaves para se entender como e por quais razões uma determinada sociedade decidiu reagir de uma forma e não de outra a um acontecimento, a um discurso ou personagem político, ou mesmo a uma contingência da vida financeira. Assim também são criados os heróis e, por que não?, os vilões.

Imaginemos o escritor mais importante de algum século passado da nossa história. O simples fato de assim o fazermos já é uma representação. Seria ele, realmente, o mais importante de sua época? Era o mais lido? Pode-se afirmar quase que certamente não. O fato de determinadas personalidades ou eventos serem considerados unanimidades são oficialidades, escolhas deliberadas a fim de definir o passado para significar o presente (*Ibidem*: 648). Certamente, nessas escolhas o não erudito, o popular, passou ao largo. Ele não interessa à oficialidade.

Outros autores com produções que não passaram pelo crivo das grandes editoras, como o cordel, os contos populares etc., sem dúvidas eram muito mais acessíveis e lidos que tal autor que hoje supostamente representa aquele passado. Portanto, seu poder de influência na sociedade de então era, indubitavelmente, maior que qualquer autor que hoje se supõe ser o maior de algum tempo.

É essa literatura popular que mais se pode aproximar das representações daqueles leitores. O autor que hoje tomamos por mais importante, na verdade, era a expressão das representações de um dos muitos grupos sociais que compunham o grande universo daquela sociedade, mas que, por razões próprias, sobreviveu ao tempo e entrou para a oficialidade. Será que todos os gregos leram Heródoto, que todos liam Cícero na antiga

Roma? Será que todos os portugueses da década de 1570 leram *Os Lusíadas*? É possível que um pequeno fado, escrito e cantado nos meios populares, fosse composto por muito mais representações da sociedade portuguesa de então e a representasse mais que a obra prima de Camões.

É nesse conjunto de fontes produzidas pelos indivíduos, na sua universalidade, que podemos encontrar o conjunto daqueles termos evocadores, que em suas épocas foram dotados dos extremos significados que compunham as representações daquela sociedade. Dizer isso é dizer que daqui a cinquenta ou cem anos poderá um historiador ter acesso muito mais claro às representações da nossa sociedade analisando um *funk*, composto e apreciado pela parcela periférica da nossa sociedade atual, que por qualquer outro gênero musical da nossa erudição social. Tais evocadores são as chaves que permitem o escrutínio das fontes, inclusive as oficiais.

Se, para uma história do presente, esses evocadores podem ser oferecidos ao indivíduo, a fim de colher diretamente sua representação, obviamente, para o passado, essa opção inexistente. Cabe ao historiador, portanto, interpretá-los pela sua origem. Se a antropologia nos afirma ser o homem incapaz de criar seus próprios signos, só poderá estar, portanto, nas suas experiências pregressas a origem das suas representações. É nesse ponto que as fontes oficiais retornam à história, não como tal, mas como parte do conjunto de representações que compõem o universo da sociedade.

É verdade que as fontes oficiais reclamam para si, em qualquer tempo, o monopólio da verdade histórica, mas também que, em nenhum tempo, foram senhoras de toda a interpretação sobre si (Ankersmit, 2012), ainda menos das representações a que tal interpretação fora submetida. Em outras palavras, as fontes oficiais são construções narrativas que buscam orientar uma determinada sociedade, contudo, para ter bom êxito, precisam ser objeto, de acordo com as representações sociais que moldam a mentalidade dessa mesma sociedade. Antes de ser construída para o historiador do futuro, ela é para a sociedade do momento.

Seus prazeres ou suas aversões, suas angústias ou suas alegrias, seus medos ou suas confianças, o que ameaça ou o que protege, o bem ou o mal, entre outros elementos socialmente representados, são evocadores identificáveis naquelas fontes feitas para serem fontes. Nos discursos, nas notas oficiais, nas expressões de um monumento, no texto das leis, na narrativa da imprensa etc., tudo é voltado para as representações já significadas, para o objeto da construção da oficialidade, ou seja, o indivíduo. Por mais que se queira evocar a tal oficialidade, o que passará à história, no fundo, não será a vontade contida em tal fonte, mas a representação que o seu receptor for capaz dela retirar.

Os evocadores são, portanto, carregados de representações. Cabe ao historiador decifrá-las. Onde estão elas? Em seus próprios passados. O que pode ter significado esca-

vidão para um brasileiro de 1900? Certamente não a mesma coisa que para um de 2000. E para quem não viveu em um país onde nem existiu escravidão? O que significa fome para quem nasceu em uma classe abastada? Obviamente, não tem o mesmo sentido para quem nasceu na pobreza. Será que peste teve o mesmo significado para um europeu do século XIV e para um do XXI? Ainda se pode ir além. Será que Deus teve o mesmo significado para todas as pessoas, em qualquer tempo? O comunismo que um brasileiro tem representado será o mesmo que para um chinês, um russo? Mesmo para o brasileiro, foi o mesmo durante todo o último século? Terão tido esses evocadores a mesma carga simbólica para indivíduos de diferentes posições sociais dentro de uma mesma sociedade? Entender a carga de significado que cada termo evocador portou em um determinado tempo significa entender as representações a ele correspondentes. Entender essas representações significa entender a história daquela sociedade naquele tempo.

O entendimento do processo de construção das representações do mundo pelo indivíduo passa pelo escrutínio acerca do sujeito e do objeto dessas representações, ou seja, a quem e o que se representa? Cabe acrescentar ainda: quem e de que lugar social se representa? As respostas a essas perguntas, no seu conjunto, serão a chave para se entender como determinados evocadores foram representados pelos seus sujeitos. Ao fim e ao cabo, a história será dita mais pela representação e menos pela intenção por trás de um termo evocador.

Definitivamente, para a construção da história, importa menos o objetivo do produtor de um determinado documento, de um evento, e mais a forma como cada indivíduo o representou e como isso, de alguma forma, fez mudar os posicionamentos políticos, os hábitos, os costumes e os gostos. No limite, qualquer documento é um filho órfão. E para cada indivíduo ele será um novo documento, totalmente aberto a novas representações que, em última instância, serão reflexos das suas experiências e de seus conhecimentos.

Esta é a máxima capacidade interpretativa que conseguimos conceber, em termos epistemológicos, como dada a um indivíduo. Cada indivíduo é uma realidade (Lorenz, 2015). Cada indivíduo é a sua representação e o seu documento. Seja em sentido estrito, pelo evocador que lhe foi oferecido, seja em sentido lato, para forma em que ele constrói e interpreta a sua própria narrativa de vida.

Considerações finais

A esta altura, após tantos devaneios, inevitavelmente uma pergunta vem à tona: e como a História fica aqui? Como a história fica nesta realidade que, em primeiro lugar, abraça o indivíduo, que antes não interessava porque não era personalidade, não era portador dos documentos históricos, e, em segundo, passa a afirmar que cada indivíduo, em

última instância, é soberano de suas próprias representações? E mais, em uma concepção que cada uma delas é uma representação perfeitamente legítima e importante para a construção da leitura acerca de uma determinada realidade? Portanto, onde fica a história, onde ficam as Ciências Sociais?

A História inevitavelmente se refugia na excepcionalidade. A luz da epistemologia, uma história centrada no indivíduo, sendo ele levado ao limite de ter suas próprias leituras e representações acerca da realidade, da totalidade, não poderia ser alcançada através da soma de todos os indivíduos, mas de todas as suas perspectivas. É como se a realidade analisada pudesse ser presa, tornada estática, e que para cada uma tivéssemos infinitas perspectivas em cada círculo a sua volta. Poderíamos dizer, então, que nenhuma representação é válida, mas que todas são válidas; nenhuma é a verdade, e todas são verdade.

Devemos, portanto, nos perguntar: a que interessa isso? Interessa, sobretudo no campo da historiografia, para compreender, na complexidade dos indivíduos, os casos exemplares, a excepcionalidade que nos revela a realidade, mas principalmente para nos mostrar a fragilidade da tentativa de encontrar conhecimentos absolutos, ou, por assim dizer, conhecimentos verdadeiros.

Este é o grande paradoxo de uma história pelas representações sociais, pois ela não é a soma de representações unidas pelas similaridades, mas é a realidade contida nas diferenças que as transversalizam, de forma a torná-las similares. Se colocarmos à análise um grupo social reunido por um credo, obviamente seremos tentados a buscar a convergência, o que lhe é comum. Seremos tentados a imaginar que esse é o universo da verdade acerca de tal credo. Contudo, tal análise é certamente insuficiente para denotar a complexidade que está por trás de cada membro de tal grupo. Tais complexidades são, em última instância, o mais próximo do universo da verdade histórica a que podemos chegar, e o mais longe da oficialidade em que podemos nos manter.

Serão essas complexidades, ou seja, a forma com que cada realidade particular agiu sobre cada indivíduo, a base para formulações de diferentes representações por diferentes indivíduos, acerca do mesmo objeto. Somente por meio das representações, do que as difere e, ao mesmo tempo, as aproxima, é que se poderá chegar a uma realidade subjetiva, o ponto mais próximo da realidade histórica, tanto em relação ao grupo, quanto ao credo. Na relação entre história e representação social, a diferença que une nos leva ao mundo exterior, enquanto a igualdade que limita mantém-nos preso ao fundo da caverna.

Recebido em 13 de junho de 2025

Aprovado para publicação em 05 de junho de 2026

Referências

ANKERSMIT, F. R. Historical Representation. **History and Theory**, n. 27 v. 3, pp. 205–228, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/2504918>.

ANKERSMIT, F. R. **Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n. 5, v. 11, pp. 173–191, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HAKOKÖNGÄS, E., & SAKKI, I. The Naturalized Nation: Anchoring, Objectification and Naturalized Social Representations of History. **Journal of Social and Political Psychology**, n. 4, v. 2, pp. 646–669. Doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v4i2.664>.

HOLSINGER, B. “Historical Context” in Historical Context: Surface, Depth, and the Making of the Text. **New Literary History**, n. 42, v. 4, pp. 593–614, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2307/2504918>.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LORENZ, C. History: Representation Within and Functions of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. v. 1, n.1, pp. 6836–6842, 2015. DOI: 10.1016/B978-0-08-097086-8.62140-2

MOSCOVICI, S. Das Representações Sociais às Representações Coletivas: elementos para uma história. In: JODELET, D. (org.) **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45–66.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3 Ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: a conversation. **Culture and Psychology**. v. 4, ed. 3, p. 371-410, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354067X9800400305>.

PLUMB, J. H. **The death of the past**. London: Macmillan, 1969.

REIS, L. G.; BONZATTO, E. O Cristo negro e a invisibilidade dos afro-peruanos. **Jornal GGN**, maio de 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/o-cristo-negro-e-a-invisibilidade-dos-afro-peruanos-por-luis-gustavo-reis-e-eduardo-bonzatto/>. Acesso em: 15/01/2024.

REIS, S. O toque chinês que influenciou a literatura e a arquitetura do Brasil colonial. **Revista Macau**. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.revistamacau.com.mo/2019/10/04/o-toque-chines-que-influenciou-a-literatura-e-a-arquitectura-do-brasil-colonial/>. Acesso em: 02/03/2024.

TAJFEL, H. La catégorisation sociale. In: MOSCOVICI, S. (org.) **Introduction à la Psychologie Sociale**, vol. 1. Paris: Larousse Université, 1972. p. 272-302.

TAJFEL, H. Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In.: BARROSO, A. F. *et al* (orgs.). **Mudança Social e Psicologia Social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 13-24.